

Professores do «preparatório» e «secundário» em conferência nacional (Póvoa de Varzim)

ESTATUTO DA CARREIRA DO «NÃO SUPERIOR» NEGOCIADO ATÉ AO FIM DO ANO LECTIVO — exige a FENPROF ao Ministério

O secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), António Teodoro, exigiu, ontem, do Ministério da Educação e Cultura a negociação urgente, com os sindicatos, do estatuto da carreira docente do ensino não superior. No seu entender, «a negociação do diploma deverá decorrer durante os períodos de actividade dos professores nas escolas e concluir-se antes de terminar o presente ano lectivo», em julho.

Aquele dirigente sindical falava no decorrer da sessão de abertura da 1.ª Conferência Nacional dos Ensinos Preparatório e Secundário, iniciativa da FENPROF que, desde ontem à tarde e até hoje, está a decorrer na Póvoa de Varzim, contando com a participação de cerca de 800 professores daqueles sectores, oriundos de todo o continente e das regiões autónomas. O estatuto da carreira docente do «não superior» e a questão da formação de professores são os assuntos que estão a polarizar os trabalhos, mas também estão a ser abordados problemas como a gestão democrática das escolas e a implementação da lei de bases do sistema educativo.

Além, e apelada na lei de bases do sistema educativo que a FENPROF exige a negociação do estatuto da carreira docente do ensino não superior, uma questão «pouco grata» para o MEC, como ontem sublinhou António Teodoro. É que, no seu artigo 36.º, a lei de bases consagra os «princípios gerais das carreiras do pessoal docente» — lembrou o secretário-geral da FENPROF —, «atribuindo ao Governo o prazo de um ano para negociar e publicar o diploma respeitante a esta matéria».

Assim sendo, a negociação sobre tal matéria deve ser encetada desde já, apesar de a FENPROF ter manifestado indícios de fuga à responsabilidade por parte do Ministério de João de Deus Pinheiro.

No que toca à FENPROF, vai ser divulgado, ainda durante a conferência da Póvoa de Varzim, uma proposta de nova estrutura salarial para os professores dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar e especial, «organizada fora do actual sistema de letras da Função Pública e tendo em conta a lei de dedicação exclusiva aprovada para o ensino superior, bem como o anunciado aumento, que pode atingir os 50%, dos quadros superiores da Administração Pública». Tal proposta será divulgada e discutida pelos professores nas escolas.

No que respeita à formação de professores, António Teodoro considerou de «extrema urgência» a publicação de legislação que regule a formação inicial,

revendo-se de imediato toda a legislação respeitante às escolas superiores de educação. «É essa legislação que tarda que permitirá enquadrar a reforma curricular das faculdades de Letras e impedir a concretização de verdadeiros crimes em ma-

1987/88, prevista nos decretos-leis 150-A/85 e 405/86 (nada é dito sobre a «creditação de competências», repudiada pelos formandos, nem sobre a possibilidade destes poderem tomar a iniciativa de pedir a antecipação do termo de formação); por outro «os professores efectivos de nomeação provisória poderão concorrer em 1988 (a reivindicação destes professores é que possam concorrer este ano!); para além de se fazer «uma referência genérica à criação de um quadro de 15 mil lugares, sem qualquer precisão de quando e em que condições».

Para António Teodoro, «hoje poucos devem ter dúvidas que a FNSP é uma

ral adjunta é directora Regional de Educação; o presidente de um dos «sindicatos» da FNSP é director-geral do MEC».

Na sua intervenção, António Teodoro referiu-se também à greve nacional que a FENPROF tem marcada para 26 e 27 de Março próximo, protestando, uma vez mais, contra o silêncio a que o ministro da Educação se tem remetido quando aquela organização o contacta para com ele debater todas estas questões que afectam os professores e o nosso sistema educativo. Todavia — ressaltou o orador — «a experiência recente de outros sectores, nomeadamente na saúde, mas também ao nível dos estudantes do ensino superior, mostra que o Governo é vulnerável quando há unidade e disposição de lutar».

Hoje, segundo o último dia da Conferência Nacional dos Ensinos Preparatório e Secundário, os 800 participantes no encontro vão continuar a debater problemas de ordem socioprofissional, a acção reivindicativa e questões relacionadas com a organização interna da FENPROF.

Ao fim da manhã, haverá um desfile pelas ruas da Póvoa de Varzim, do Casino (onde está a decorrer a conferência) até ao edifício da Câmara Municipal, onde vai ser entregue um documento que sintetiza as reivindicações dos professores do ensino não superior. Antes da sessão de encerramento, ao fim da tarde, deverá ser aprovada a proclamação da conferência.

Na sessão de abertura do encontro, e para além de António Teodoro, falaram ainda os dirigentes sindicais Ana Maria Brito Jorge e José João Lucas e um representante do presidente da Câmara poeira, Augusto de Sousa.

«GESTÃO DEMOCRÁTICA» — SIMÕES ALBERTO RECEBEU SINDICALISTAS

Uma delegação da FENPROF avisou-se ontem com o secretário de Estado da Administração Escolar, Simões Alberto. Assunto principal da reunião: alterações ao Decreto-Lei de 1976 sobre a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário. A reunião foi marcada na véspera e surge na sequência de um encontro idêntico entre Simões Alberto e os responsáveis da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP).

Segundo António Teodoro, confirma-se a notícia do JN de ontem e o MEC tem mesmo «intenção de retirar» o seu projecto, contestado quer pela FENPROF quer pela FNSP.

téria curricular, como aquele que é proposto pelo Conselho Científico do Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa de extinção do ramo de formação de professores de Educação Física — acrescentou aquele dirigente sindical, para quem há legislação sobre formação de professores que constitui uma «grosseira distorção» da lei de bases do sistema educativo aprovada pela Assembleia da República.

Ainda em relação à questão da formação de professores, António Teodoro criticou, em termos contundentes, o comportamento dos responsáveis ministeriais e da outra organização sindical representativa da classe docente: a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP), afecta à UGT, a quem acusou de «subordinação» em relação ao MEC.

«Existe nas escolas — afirmou o orador — uma evidente curiosidade sobre o conteúdo do «acordo» com a FNSP, anunciado pelo ministro. O que se conhece desse «acordo» é muito pouco e pode ser resumido em três pontos». Por outro lado, «o MEC autorizou a FNSP a debater com a Comissão Coordenadora da Formação de Professores o fim da prova final, no próximo ano de

mera extensão do MEC e da política geral do primeiro-ministro, dr. Cavaco Silva, sendo hoje difícil distinguir uma reunião onde começa a delegação do MEC e termina e da FNSP: a secretária-geral dessa agremiação é membro da Comissão de Reforma Educativa, Comissão Constituída na base da confiança política do Governo e funcionando como organismo de apoio ao ministro da Educação; a secretária-ge-

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Pl Arca - Professores